

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	15
<b>1. Direito Agrário, seu conceito e abrangência</b> .....	17
1.1. Antecedentes históricos.....	17
1.2. Denominação.....	18
1.3. Conceito.....	18
1.4. Características.....	18
1.5. Fontes do Direito Agrário.....	19
1.6. Princípios.....	21
1.7. Natureza jurídica do Direito Agrário.....	22
1.8. Autonomia.....	24
1.9. Relação com outros ramos do Direito.....	25
1.10. Relação do Direito Agrário com outras ciências.....	27
1.11. Codificação do Direito Agrário.....	28
<b>2. Estatuto da Terra, sua nomenclatura e definições</b> .....	29
2.1. A importância da nomenclatura no estudo do Direito.....	29
2.2. A ideia política de criação do Estatuto da Terra.....	29
2.3. O módulo rural como medida agrária.....	31
2.4. Características do módulo rural.....	32
2.5. Quantificação do módulo rural.....	33
2.6. A indivisibilidade do módulo rural.....	34
2.7. Módulo fiscal.....	35
2.8. Outros conceitos legais.....	36
2.9. Atualidade do Estatuto da Terra.....	37
<b>3. Função social da propriedade e da posse agrária</b> .....	39
3.1. Função social da propriedade.....	39
3.1.1. Antecedentes históricos.....	39
3.1.2. A função social da propriedade no Brasil.....	41
3.1.3. Penalidades para o descumprimento do princípio.....	42
3.2. Função social da posse agrária.....	43
3.2.1. Considerações preliminares.....	43
3.2.2. Diferença entre a posse de direito comum e a posse agrária – Efetividade da posse agrária.....	44
3.2.3. A função social da posse agrária.....	44
3.2.4. A posse agrária originária.....	45
3.2.5. A posse agrária derivada.....	45



<b>4. Reforma Agrária</b> .....	47
4.1. Breve história da propriedade rural no Brasil .....	47
4.2. Terras devolutas .....	48
4.3. Processo discriminatório .....	49
4.4. Conceito de Reforma Agrária .....	50
4.5. Terras passíveis de Reforma Agrária .....	50
4.6. O procedimento de desapropriação para Reforma Agrária .....	53
4.7. A distribuição das terras desapropriadas para a Reforma Agrária .....	66
4.8. A atual situação fundiária do País .....	70
4.9. Títulos da dívida agrária .....	73
4.10. Banco da Terra – Outra alternativa de reforma agrária .....	74
4.11. A reforma agrária na poesia .....	76
4.12. Compra e venda de imóveis para a reforma agrária .....	77
4.13. Reforma agrária como questão econômica e social .....	79
<b>5. Cadastro rural</b> .....	80
5.1. Antecedentes históricos .....	80
5.2. A importância do cadastro rural .....	80
5.3. O cadastro rural no País .....	81
5.4. Conteúdo do cadastro rural .....	81
5.5. Espécies de cadastro rural .....	82
5.6. Finalidades do cadastro rural .....	83
5.7. Inscrição no cadastro rural .....	83
<b>6. Zoneamento</b> .....	86
6.1. Conceito .....	86
6.2. Finalidades do zoneamento .....	87
6.3. Objetivos do zoneamento .....	87
6.4. Origem e órgão executor do zoneamento .....	87
<b>7. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural</b> .....	88
7.1. Antecedentes históricos .....	88
7.2. Fato gerador do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural .....	89
7.3. Base de cálculo do I.T.R. ....	90
7.4. Apuração do valor do I.T.R. ....	92
7.5. Administração do I.T.R. ....	94
7.6. Imunidades do I.T.R. ....	95
7.7. Isenções do I.T.R. ....	95
7.8. Execução fiscal .....	96
7.9. Defesa do contribuinte do I.T.R. ....	97
7.10. Efeitos colaterais do I.T.R. ....	98
7.11. Inovações sobre o I.T.R. ....	98
<b>8. Colonização</b> .....	107
8.1. Antecedentes .....	107
8.2. Conceito .....	108
8.3. Tipos de colonização .....	109
8.4. Planejamento técnico na colonização .....	110

<b>9. Teoria geral e princípios comuns aos contratos agrários</b> .....	111
9.1. Antecedentes históricos .....	111
9.2. Conceito .....	113
9.3. Arrendamento e parceria rural como contratos agrários típicos.....	116
9.4. A exegese dos contratos agrários .....	117
9.5. Forma dos contratos agrários .....	118
9.6. A prova dos contratos agrários .....	120
9.7. Solidariedade possessória entre os contratantes .....	121
9.8. A irrenunciabilidade de direitos e vantagens .....	121
9.9. Nulidade absoluta de cláusulas contrárias à lei .....	122
9.10. Alienação ou imposição de ônus real sobre o imóvel, permanência do contrato .....	122
9.11. Rescisão facultativa dos contratos agrários .....	123
9.12. Prazo mínimo de contratação .....	123
9.13. Terminação dos contratos agrários .....	125
9.14. Direito de preferência na alienação do imóvel rural contratado.....	125
9.15. Direito de preferência na renovação dos contratos agrários.....	127
9.16. Direito de retomada.....	128
9.17. Indenização por benfeitorias.....	129
9.18. Direito de retenção .....	130
9.19. Direitos e obrigações das partes contratantes .....	131
9.20. Causas de extinção dos contratos agrários .....	134
9.21. Casos de despejo.....	136
9.22. Substituição facultativa da área objeto do contrato agrário.....	139
9.23. Cláusulas proibidas de contratar .....	139
9.24. Arrendamento e parceria rural de terras públicas .....	141
9.25. Cláusulas obrigatórias .....	141
<b>10. Princípios específicos ao arrendamento e à parceria rural</b> .....	142
10.1. Antecedentes .....	142
10.2. Preço do arrendamento rural em dinheiro .....	143
10.3. Limite da remuneração do arrendamento rural .....	145
10.4. Partilha dos frutos na parceria .....	146
10.5. Pagamento da quota na parceria .....	148
10.6. Crítica à legislação .....	148
<b>11. Usucapião especial rural</b> .....	150
11.1. Breves antecedentes históricos .....	150
11.2. Fundamento legal da usucapião especial .....	151
11.3. Requisitos da usucapião especial rural .....	151
11.4. O devido processo legal da usucapião especial rural .....	153
11.5. A justificação de posse .....	154
11.6. O rito da ação de usucapião especial rural .....	154
11.7. Peculiaridades da usucapião especial rural .....	156
<b>12. A estrutura do crédito rural</b> .....	157
12.1. Conceito .....	157

12.2. Fundamento legal.....	157
12.3. Objetivos do crédito rural.....	158
12.4. Órgãos integrantes do crédito rural.....	159
12.5. Tipos de crédito rural.....	160
12.6. Exigências para sua concessão.....	160
12.7. Origens dos recursos.....	162
12.8. A exegese do crédito rural.....	162
12.9. A inconstitucionalidade no crédito rural.....	165
12.10. Encargos do crédito rural.....	165
12.11. As garantias do crédito rural.....	169
12.12. Ponto de vista sobre o crédito rural.....	172
<b>13. Títulos de crédito rural e sua execução.....</b>	<b>180</b>
13.1. Generalidades.....	180
13.2. Espécies de títulos de crédito rural.....	180
13.3. Títulos de crédito rural propriamente ditos.....	181
13.4. Títulos de crédito rural assemelhados.....	185
13.5. A execução judicial dos títulos de crédito rural.....	187
13.6. Mudanças inconstitucionais.....	190
<b>14. Cédula de Produto Rural.....</b>	<b>191</b>
14.1. Da estrutura jurídica da CPR.....	191
14.1.1. Da evolução histórica da CPR.....	191
14.1.2. Da base constitucional.....	193
14.1.3. Da CPR como instrumento de política agrícola.....	194
14.1.4. Das facilidades econômicas criadas pela CPR.....	195
14.1.5. Da base infraconstitucional.....	197
14.1.6. Da CPR como instituto de direito agrário.....	198
14.1.7. Dos outros institutos de aplicação subsidiária no estudo da CPR.....	198
14.1.8. Da discussão se a CPR é um contrato ou um título de crédito.....	198
14.1.9. Da CPR e do princípio da autonomia de vontade.....	199
14.1.10. Da CPR como moeda de circulação plena.....	200
14.1.11. Do conceito.....	201
14.1.12. Da natureza jurídica da CPR.....	201
14.1.13. Das características da CPR.....	202
14.1.14. Dos produtos rurais objetos de CPR.....	203
14.1.15. Do emitente da CPR ou do conceito de produtor rural, associação rural e cooperativa rural.....	205
14.1.16. Do credor e dos demais interessados na CPR.....	209
14.1.17. Da CPR oficial e a de gaveta.....	210
14.1.18. Do desvio de finalidade.....	211
14.1.19. Da CPR como negócio jurídico subsequente.....	212
14.1.20. Do negócio jurídico subjacente à CPR.....	212
14.1.21. Dos tipos de CPR.....	214
14.1.22. Dos requisitos extrínsecos da CPR.....	219
14.1.23. Do aditamento, ratificação e retificação da CPR.....	224

14.1.24. Dos encargos da CPR.....	225
14.1.25. Do controle do credor sobre o produto rural prometido a entregar.....	230
14.1.26. Da possibilidade de negociação em bolsa e balcão.....	231
14.1.27. Da necessidade de registro no sistema de registro e de liquidação financeira administrada por entidade autorizada pelo Banco Central.....	232
14.1.28. Da natureza de ativo financeiro.....	232
14.1.29. Do endosso na CPR.....	232
14.1.30. Do protesto da CPR.....	234
14.1.31. Da inscrição e averbação no Registro de Imóveis.....	234
14.1.32. Do vencimento antecipado.....	235
14.1.33. Do pagamento da CPR.....	236
14.1.34. Da responsabilidade do emitente pela evicção.....	237
14.1.35. Da não invocação do emitente do caso fortuito ou de força maior.....	238
14.1.36. Da prescrição.....	238
14.1.37. Das ações típicas que envolvem a CPR.....	240
<b>14.2. Das Garantias da CPR.....</b>	<b>246</b>
14.2.1. Da possibilidade de instituição da garantia na própria CPR ou em documento apartado.....	248
14.2.2. Da emissão da CPR sem garantia.....	249
14.2.3. Da descrição simplificada das garantias.....	249
14.2.4. Dos tipos de garantias na CPR.....	250
<b>15. Previdência social rural.....</b>	<b>260</b>
15.1. Evolução da previdência social rural no Brasil.....	260
15.2. Segurados rurais.....	261
15.2.1. Empregado rural.....	262
15.2.2. Contribuinte individual.....	262
15.2.3. Trabalhador avulso.....	263
15.2.4. Segurado especial.....	263
15.3. Contribuição.....	265
15.4. Benefícios.....	267
<b>16. Exercícios de revisão de conteúdo.....</b>	<b>268</b>
16.1. Temas para dissertação.....	268
16.2. Questões objetivas de escolha múltipla.....	269
16.3. Questões práticas.....	274
16.4. Questões objetivas de falsa ou verdadeira.....	278

